

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Joabe Magdiel Kraus

**AÇÕES MILITARES NO SÉCULO XX E A SOCIEDADE BRASILEIRA: O
IMPACTO DOS GOVERNOS MILITARES**

**Resende
2020**

Joabe Magdiel Kraus

**AÇÕES MILITARES NO SÉCULO XX E A SOCIEDADE BRASILEIRA: O
IMPACTO DOS GOVERNOS MILITARES**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: TC PTTC Everton Araujo dos Santos

Resende
2020

Joabe Magdiel Kraus

**AÇÕES MILITARES NO SÉCULO XX E A SOCIEDADE BRASILEIRA: O
IMPACTO DOS GOVERNOS MILITARES**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em _____ de _____ de 2020:

Banca Examinadora:

Everton Araujo dos Santos, TC PTTC
(Presidente/ Orientador)

Roberto Campos Leoni, Maj

Pablo Saidelles Machado, 1º Ten

Resende
2020

Dedico este trabalho a Deus, o autor da vida e dono de todas as coisas. À minha família, a base de uma história que se iniciou ainda na minha infância, que foi fundamental para a realização do sonho de tornar-me Oficial do Exército Brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, o criador e dono de tudo, que me proporcionou ingressar na AMAN e me deu forças para não falhar frente aos obstáculos ao longo dos 5 anos de formação, a Ele toda a honra e toda a glória.

Aos meus pais, Jorge e Zelinda, por serem a minha base desde que nasci, por correrem comigo em prol deste objetivo, por sempre me proporcionarem forças e serem a minha maior inspiração nos momentos de dificuldade.

À minha namorada Deborah, que esteve comigo desde o início, apoiando-me nos momentos mais difíceis, fazendo-se presente em todas as ocasiões e nunca medindo esforços para prestar qualquer apoio que fosse necessário. Essa conquista é nossa.

Aos meus irmãos, Jessé e Telise, por estarem sempre presentes e sempre me incentivarem a lutar pelos meus sonhos, sendo a minha base forte para isso.

Aos meus camaradas de Cavalaria, que ombrearam comigo durante a maior parte da formação, que os nossos estribos se choquem em cavalgadas futuras.

RESUMO

ACÇÕES MILITARES NO SÉCULO XX E A SOCIEDADE BRASILEIRA: O IMPACTO DO GOVERNO MILITAR

AUTOR: Joabe Magdiel Kraus

ORIENTADOR: Everton Araujo dos Santos

O Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, viveu o período de governos militares, período esse muito questionado até os anos atuais. Não só o país, mas o mundo todo, encontrava-se no contexto da Guerra Fria, um mundo pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ou seja, uma guerra ideológica entre o capitalismo e o comunismo, liderados por Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS). Diante disso, no ano de 1961 aconteceu a posse do novo Presidente da República: João Goulart, o Jango. Assumiu em meio a uma série de crises políticas envolvendo o Exército e a União Democrática Nacional (UDN). Jango, diante de uma inflação bastante alta, promoveu um plano de recuperação econômica, o Plano Trienal, que não obteve êxito. Anunciou também as Reformas de Bases, uma reestruturação em todas as áreas (educação, urbana, tributária, bancária, eleitoral e agrária), foram essas reformas que fizeram com que Jango fosse acusado de estar promovendo um golpe comunista no Brasil. A partir desse ponto, o Exército, prevendo o que viria acontecer e a fim de evitar o caos, tomou posse do governo do país. Então, pelos próximos vinte e um anos o Brasil seria governado por militares. Sendo eles: General Castello Branco (1964-1967), General Costa e Silva (1967-1969), General Médici (1969-1974), General Geisel (1974-1979) e General Figueiredo (1979-1985). O último militar a governar o país foi quem realizou o processo de reabertura política do Brasil e, no ano de 1985, o processo eleitoral foi disputado por dois civis, tendo como vencedor Tancredo Neves, que não chegou a assumir a presidência devido a um problema de saúde (problema esse que o levou à morte pouco tempo depois), então quem assumiu a liderança do país foi o seu vice-presidente, José Sarney. Assim, o Brasil entra em um novo período da sua história política, chamado de Nova República. Entretanto, desde o término do período político em que os militares estiveram à frente da nação o tema vem sendo discutido. Considerado por alguns uma ditadura, por outros uma contrarrevolução, esse assunto divide opiniões entre a população nacional; há os que apoiam e lembram desse período de 21 anos como uma fase de crescimento do país nas mais variadas áreas, sobretudo a econômica; há também os que são contra o que o Brasil vivenciou, alegando ser um período de retrocesso para a nação e um tempo de horrores vividos na época.

Palavras-chave: Governos militares. Brasil. Período de vinte e um anos.

ABSTRACT

MILITARY ACTIONS IN THE 20TH CENTURY AND BRAZILIAN SOCIETY: THE IMPACT OF MILITARY GOVERNMENT

AUTHOR: Joabe Magdiel Kraus
ADVISOR: Everton Araujo dos Santos

Brazil, between the years 1964 and 1985, lived the period of military governments, a period that has been questioned until the present years. Not only the country, but the whole world, was in the context of the Cold War, a post-World War II world (1939-1945), that is, an ideological war between capitalism and communism, led by the United States of America (USA) and the Soviet Union (USSR). Therefore, in 1961 the new President of the Republic took office: João Goulart, Jango. He took over in the midst of a series of political crises involving the Army and the National Democratic Union (UDN). Jango, facing very high inflation, promoted an economic recovery plan, the Triennial Plan, which was unsuccessful. He also announced the Base Reforms, a restructuring in all areas (education, urban, tax, banking, electoral and agrarian), it was these reforms that led to Jango being accused of promoting a communist coup in Brazil. From that point on, the Army, foreseeing what would happen and in order to avoid chaos, took possession of the country's government. Then, for the next twenty-one years, Brazil would be governed by the military. They are: General Castello Branco (1964-1967), General Costa e Silva (1967-1969), General Médici (1969-1974), General Geisel (1974-1979) and General Figueiredo (1979-1985). The last military man to govern the country was the one who carried out the process of political reopening of Brazil and, in 1985, the electoral process was disputed by two civilians, with the winner Tancredo Neves, who did not come to assume the presidency due to a problem health (a problem that led to his death shortly afterwards), so its vice president, José Sarney, took over the leadership of the country. Thus, Brazil enters a new period in its political history, called the New Republic. However, since the end of the political period in which the military was at the head of the nation, the issue has been discussed. Considered by some as a dictatorship, by others as a counterrevolution, this issue divides opinions among the national population; there are those who support and remember this 21-year period as a phase of growth for the country in the most varied areas, especially the economic one; there are also those who are against what Brazil experienced, claiming to be a period of regression for the nation and a time of horrors experienced at the time.

Keywords: Military governments. Brazil. Twenty-one year period.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura do sistema educacional brasileiro anterior à reforma de 1971	36
Quadro 2 – Estrutura do sistema educacional brasileiro após a reforma de 1971	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jânio Quadros renuncia à presidência do Brasil	14
Figura 2 - Castelo Branco e Ernesto Geisel no carro oficial da presidência	17
Figura 3 – Arthur da Costa e Silva, 27º Presidente do Brasil.....	20
Figura 4 - Emílio Garrastazu Médici, 28º Presidente do Brasil	24
Figura 5 – Ernesto Geisel, 29º Presidente do Brasil.....	27
Figura 6 - João Figueiredo, 30º Presidente do Brasil	31
Figura 7 - Crescimento do PIB em % (1964-1985).....	33
Figura 8 – A concentração de renda de 1926 a 2015	34
Figura 9 – Inflação em % (1964-1985)	35
Figura 10 – Dívida externa brasileira (1970-1985)	35
Figura 11 – Expectativa de vida ao nascer - Brasil	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
AI-5	Ato Institucional 5
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BNH	Banco Nacional de Habitação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
EME	Estado Maior do Exército
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG	Escola Superior de Guerra
FMI	Fundo Monetário Internacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PAEG	Plano de Ação Econômico do Governo
SNI	Serviço Nacional de Informações

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS.....	12
1.1.1 Objetivo geral	13
1.1.2 Objetivos específicos	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 SITUAÇÃO BRASILEIRA PRÉ GOVERNOS MILITARES	14
2.2 OS GOVERNOS MILITARES E SEUS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	15
2.2.1 Governo Castello Branco.....	15
2.2.2 Governo Costa e Silva	17
2.2.3 Junta Militar	20
2.2.4 Governo Médici	21
2.2.5 Governo Geisel.....	24
2.2.6 Governo Figueiredo.....	27
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO	32
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	32
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
4.1 QUESTÃO ECONÔMICA	33
4.2 QUESTÕES SOCIAIS	36
4.2.1 Educação	36
4.2.2 Saúde	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento da história civil e militar do Brasil são conteúdos inerentes à grade curricular do Cadete da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), futuro oficial combatente do Exército Brasileiro (EB).

Para que esse conhecimento seja formado, aulas da cadeira de História Militar do Brasil e do mundo são ministradas. Os temas acerca da nossa história são extensos e a impossibilidade de esgotar tais assuntos é evidente. Dentro disso, apresenta-se a história do governo militar no Brasil, que perdurou durante 21 anos.

Com base nisso, o regime militar, que foi instaurado com a retirada de João Goulart do poder, gerou na sociedade brasileira impactos positivos e negativos. Problematizando a situação, o presente trabalho busca explorar tais impactos, estudar e pesquisar opiniões tanto de historiadores, de quem viveu nesse período e de quem, de alguma forma, conhece o assunto, seja por meio dos livros, seja pela internet.

Além disso, busca-se compreender os efeitos do governo militar à economia e à qualidade de vida da sociedade, tendo em vista que esses estão inerentemente ligados à opinião social de quem viveu a época.

Esta pesquisa justifica-se para a explicação do período compreendido entre 1964 e 1985, para contribuir com a desmitificação que existe tanto no mundo civil quanto no meio militar, tendo em vista que a sociedade, na sua grande maioria, possui um conhecimento sucinto acerca do período, um conhecimento baseado no que lhe foi passado, ou seja, com um aprofundamento não existente. O estudo de cada governo, dos 5 presidentes, os prós e contras de cada um deles e as medidas adotadas contribuirão para que tal objetivo seja atingido, já que o misto de informações vindas de historiadores, de quem realmente presenciou aquele período e de quem estudou e criou a sua própria opinião com relação aos governos militares nos trarão uma base sólida e resultados mais precisos. Além disso, os resultados da pesquisa será de grande valia aos Cadetes da AMAN, que estão em formação e necessitam de um conhecimento apurado acerca do assunto, já que dentro de pouco tempo estarão nas mais diversas unidades militares espalhadas por todo território nacional e, possivelmente, serão convidados a exporem a sua opinião no tocante aos governos militares e seus impactos sociais.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Conhecer e aprofundar o estudo no que se refere aos impactos socioeconômicos do regime militar, compreendido entre os anos de 1964 e 1985.

1.1.2 Objetivos específicos

Explicar cada governo militar, seus aspectos sociais e econômicos, seus prós e contras para a sociedade na época e atualmente; explicar o contexto histórico ao qual está inserido o período, as dificuldades enfrentadas pelo Brasil antes da queda de João Goulart; expor as consequências e resultados, por meio da pesquisa, à sociedade em geral, não apenas durante o período, como também após ele.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SITUAÇÃO BRASILEIRA PRÉ GOVERNOS MILITARES

O contexto em que o Brasil se encontrava antes da tomada do governo pelos militares em 1964 era de um país buscando uma afirmação como nação independente e soberana. No ano de 1960, o presidente eleito pela população foi Jânio Quadros e o seu substituto eleito foi João Goulart (Jango), presidente e vice, naquela ocasião, eram eleitos separadamente. Em 1961, Jânio Quadros renunciou ao cargo, entretanto, os militares tentaram evitar a posse de João Goulart, já que esse possuía fortes tendências ao comunismo. Em 1963, Jango teve os seus plenos poderes de presidente e, a partir de então, começou a instaurar os seus ideais. (O TEMPO, 2014)

Figura 1 - Jânio Quadros renuncia à presidência do Brasil



Fonte: Página do Descomplica na internet¹

Com um governo voltado às reformas, algumas de suas atitudes aterrorizavam os conservadores do país e, diante disso, passou a ser criticado. Diante dessa situação, Jango passou a participar de reuniões que defendiam o seu governo, tendo como objetivo o aumento de sua popularidade perante a sociedade. Em 19 de Março de 1964, ocorreu a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, um ato organizado pela oposição contra as medidas do

¹ Disponível em: < <https://descomplica.com.br/artigo/janio-quadros-e-joao-goulart-democracia-em-xeque/43b/> >
Acesso em: 19 mar. 2020

então presidente do país. Nessa ocasião, religiosos, conservadores e militares foram às ruas. (O TEMPO, 2014)

Em 31 de Março, diante da delicada situação em que se encontrava o governo de Jango, tropas do Exército foram para o Rio de Janeiro e colocaram o presidente em situação desfavorável. Diante disso, João Goulart decide por se exilar no Uruguai, a fim de evitar uma possível guerra civil. Dessa forma, em 01 de abril de 1964, os militares tomaram posse do governo federal. (O TEMPO, 2014)

2.2 OS GOVERNOS MILITARES E SEUS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

2.2.1 Governo Castello Branco

Humberto de Alencar Castello Branco foi o primeiro militar a assumir a presidência do país, no ano de 1964 e foi o responsável por grandes mudanças das instituições e da política do país, como por exemplo, a criação do Banco Central. Terminou a sua formação no ano de 1921 e, nesse mesmo ano, foi declarado Aspirante a Oficial. (PAIM, 2018)

Em 1953, o General Castello Branco assume a chefia do Estado Maior do Exército (EME), ou seja, nesse momento ele se torna o segundo militar mais antigo na hierarquia do Exército Brasileiro, sendo ele um conhecedor dos problemas nacionais, decidiu credenciar-se à presidência do país após o movimento de 1964. Com o apoio dos governadores que apoiaram o movimento e por meio da aprovação do Ato Institucional número 1 (AI-1), que alterou a constituição, Castello Branco ascende ao governo do país, tendo como objetivo terminar o governo iniciado por Jânio Quadros e João Goulart e, por meio de novas eleições, passar a presidência em 1965, contudo isso não ocorreu e seu mandato foi prorrogado até 1967. (PAIM, 2018)

Seu governo foi marcado pela criação do Banco Central e pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), sendo o BNH o grande responsável por implementar um vasto projeto habitacional no país. (PAIM,2018). Sobre a reforma agrária:

O governo Castelo Branco introduziu a reforma agrária, mediante a criação de títulos da dívida pública destinados a facultar a indenização sem onerar de imediato o Tesouro. O tema era extremamente controverso e o governo encontrou uma renhida oposição. Contudo, mais tarde a fórmula viria a ser consagrada, tendo sido inclusive incorporada à Constituição de 1988. (PAIM, 2018).

Na questão econômica, o governo de Castello Branco caracterizou-se pela busca incessante do controle e da redução da inflação, além do combate ao endividamento. Tendo em vista esses objetivos, ele criou o Plano de Ação Econômico do Governo (PAEG). O PAEG consistia basicamente em reduzir o endividamento por meio do controle de gastos, tanto que foi elaborada uma política de reajuste salarial, que Silva ([2018]) afirma:

Ofertava ao trabalhador reajustes anuais sempre menores que a inflação do ano anterior. Essa política de controle dos salários do trabalhador demonstra bem o caráter austero da política econômica do governo de Castello Branco.” (SILVA, [2018]).

O PAEG foi considerado bem-sucedido, tendo em vista que a inflação caiu a partir do ano de 1965, entretanto a política econômica do governo de Castello Branco foi considerada uma política que visava atender os interesses da classe alta da sociedade, já que controlou salário de trabalhadores e restringiu o direito de greve. (SILVA, [2018]).

Outas medidas foram tomadas durante o governo de Castello Branco, como a criação do Ato Institucional número 2, no ano de 1965, que declarou a extinção do pluripartidarismo, criando apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), basicamente reunia os integrantes do novo governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição. O Ato Institucional número 3 (AI-3) estabeleceu eleições indiretas para governadores e o Ato Institucional número 4 (AI-4), de 1966, convocou a Assembleia Nacional Constituinte, para votar a constituição que entrou em vigor no ano de 1967. Criou também o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e, no seu governo, houve a mudança da moeda para o Cruzeiro Novo. (USTRA, 2016, p. 129)

O governo de Castello Branco também contou com tentativas de desestabilização vindas da oposição, que procurou pontos fracos na ação governamental para conseguir o apoio da população. Atos terroristas abalaram o país, como por exemplo, a bomba que explodiu no Aeroporto de Guararapes, que deixou 15 vítimas. O seu mandato terminou e, logo depois disso, Castello Branco faleceu em um acidente aéreo. (USTRA, 2016, p. 129-130)

De acordo com Ustra (2016, p. 131) “a história, entretanto, há de reconhecê-lo como um verdadeiro estadista, um dos maiores brasileiros, pela honradez, descortino e patriotismo. Prova disso é que as esquerdas não ousam detrá-lo.”

Figura 2 - Castelo Branco e Ernesto Geisel no carro oficial da presidência



Fonte: Página do Mundo Educação na internet²

2.2.2 Governo Costa e Silva

Artur da Costa e Silva assumiu a presidência do Brasil no dia 15 de março de 1967 e ficou à frente da nação até o dia 31 de agosto de 1969. É natural da cidade de Taquari, no Rio Grande do Sul e ingressou na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro e, a partir daí, galgou pelos postos de oficial do Exército Brasileiro. No ano de 1922, Costa e Silva participou do movimento tenentista e em 1932 da Revolução Constitucionalista, em São Paulo. Juntamente com Castello Branco, depôs o presidente João Goulart e ocupou, durante o governo de Castello Branco, o cargo de Ministro da Guerra. (MUNIZ, 2017)

Antes de assumir o governo, Costa e Silva afirmava a necessidade de restabelecer a democracia no Brasil, dessa maneira, a sociedade acreditava que aconteceria uma democratização do regime, entretanto não foi isso que aconteceu, de acordo com Silva ([201-?]):

O governo de Costa e Silva consolidou a transição para o período de maior repressão da ditadura. Os mecanismos repressivos foram ampliados, e movimentos, como o estudantil e o operário, foram duramente perseguidos e desmobilizados. Esse processo de endurecimento foi concretizado com o decreto do Ato Institucional nº 5 em 1968. (SILVA, [201-?])

Embora tenha feito parte da equipe do governo de Castello Branco, Costa e Silva era uma figura diferente dentro desse grupo. Diferente de Castello, ele não tinha um jeito

² Disponível em: < <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/governo-marechal-castello-branco.htm> > Acesso em: 25 mar. 2020

intelectualizado, não era interessado em literaturas complicadas acerca de estratégia militar, era muito mais adepto às corridas de cavalos e coisas mais simples. Tendo em vista o descontentamento entre dos nacionalistas autoritários das Forças Armadas - conhecidos como linha-dura -, com a política castelista de aproximação com os Estados Unidos da América, Costa e Silva logo de início cortou do ministério o grupo de Castello Branco. (FAUSTO, 2006, p. 476).

O governo de Costa e Silva contou com diversos atritos, tendo em vista o contexto que o cenário mundial estava enquadrado. A oposição, composta pela união de Carlos Lacerda e seus inimigos tradicionais, Jango e Juscelino, volta a se rearticular e formam a chamada Frente Ampla. Eles se reuniram em Montevideu e se propuseram a lutar pela redemocratização do país. Enquanto isso, o mundo, como um todo, vivia um caos. Nos Estados Unidos, os jovens estavam protestando contra a Guerra do Vietnã; na França, lutavam pela mudança no sistema educativo; em várias partes do mundo, lutava-se pela afirmação da mulher. O tradicionalismo dos governos estava sendo visto como velha e a luta era pela “imaginação no poder”, que na teoria era impossível ser colocada em prática em meio a um governo militar. (FAUSTO, 2006, p. 477)

No Brasil, o movimento estudantil foi o de maior alcance entre todos esses movimentos. Os estudantes começaram a protestar em janeiro de 1968, mas foi em março que o movimento ganhou força e foi com a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, que morreu em meio a um protesto no Rio de Janeiro, protesto contra a qualidade da alimentação fornecida aos estudantes pobres no restaurante do Calabouço. (SILVA, [201-?])

A morte de Edson Luís gerou uma comoção em todos os setores da sociedade. Algumas manifestações aconteceram e o pico delas foi a Passeata dos Cem Mil, que ocorreu em junho de 1968 e que reuniu intelectuais e artistas que queriam a redemocratização. A reação do governo foi imediata, foram proibidas as manifestações nas ruas e as universidades passaram a contar com forças policiais dentro delas, assim sendo, os estudantes aderiram à luta armada. Aconteceram outras duas grandes mobilizações, sendo essas de cunho operário: a greve de Osasco e a de Belo Horizonte. Tais greves foram reprimidas e teve alguns de seus líderes presos. (SILVA, [201-?]). A greve de Osasco, conforme afirma Fausto (2006, p. 479), “sofreu a influência de grupos de esquerda que tinham assumido a perspectiva de que só a luta armada poria fim ao regime militar”.

Foi no governo de Costa e Silva também que teve início o que ficou conhecido por milagre econômico, início em 1968 e término em 1973. A maior característica desse milagre na

economia do país foi o rápido aquecimento dela e o crescimento econômico, tanto que a média desse crescimento durante esse período foi de 11%. (SILVA, [201-?])

Outro fator importante dentro do governo Costa e Silva foi a criação do Ato Institucional número 5 (AI-5). O AI-5, diferente dos demais atos institucionais, não tinha prazo de vigência, tanto que ele durou até o início de 1979. A partir dele, o presidente da República voltou a ter o poder para fechar o Congresso provisoriamente, além de poder interferir nos Estados e Municípios, colocando interventores. O presidente, além disso tudo, também voltou a contar com o poder de cassar mandatos e suspender direitos políticos. (FAUSTO, 2006, p. 480).

Fausto (2006, p. 480) referencia o AI-5 da seguinte maneira:

Um dos muitos aspectos trágicos do AI-5 consistiu no fato de que reforçou a tese dos grupos de luta armada. O regime parecia incapaz de ceder às pressões sociais e de se reformar. Pelo contrário, seguia cada vez mais o curso de uma ditadura brutal. (FAUSTO, 2006, p. 480)

Costa e Silva ficou à frente do país até março de 1969, quando foi afastado do cargo em função de ter sofrido um derrame – que, inclusive, levou-o à morte poucos meses depois. Foi substituído por uma junta militar, que transferiu a presidência para Emílio Garrastazu Médici alguns meses depois. (SILVA, [201-?])

Figura 3 – Arthur da Costa e Silva, 27º Presidente do Brasil



Fonte: página da Company Geni na internet³

2.2.3 Junta Militar

De acordo com a constituição vigente, o Presidente da República deveria ser substituído somente por seu vice-presidente. Entretanto, o vice-presidente de Costa e Silva era Pedro Aleixo, que era civil e que se opôs ao AI-5. Dessa forma, por meio do Ato Institucional número 12, de 1969, os ministros Lira Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Sousa e Melo, do Exército, Marinha e Aeronáutica, respectivamente, assumiram o poder do país. (FAUSTO, 2006, p. 481)

A junta militar ficou à frente do país por poucos meses e uma das suas maiores características foram as medidas formais de repressão. Por meio do Ato Institucional número 13 (AI-13), estabeleceu-se a pena de banimento do território nacional a todo e qualquer cidadão que fosse inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional. Nesse período de tempo também ficou estabelecido o Ato Institucional número 14 (AI-14), que regia a pena de morte para os casos específicos de guerra externa, psicológica, adversa, revolucionária ou subversiva. Entretanto, essa pena de morte nunca foi empregada formalmente. (FAUSTO, 2006, p. 481)

Embora fosse um período de forte repressão, o país crescia exponencialmente na área econômica. O crédito foi expandido enquanto a inflação foi sendo controlada aos poucos. Em 1968 aconteceu uma forte recuperação industrial, graças a indústria automobilística, produtos químicos e material elétrico. (FAUSTO, 2006, p. 482)

³ Disponível em: < <https://www.geni.com/people/Arthur-da-Costa-e-Silva-27º-Presidente-do-Brasil/360291322830013392>> Acesso em: 27 mar. 20

Os anos de 1968 e 1969 foram anos marcados pelo crescimento do país e o Produto Interno Bruto (PIB) foi de 11,2% e 10,0% respectivamente, foi nesse momento que deu início o milagre econômico. (FAUSTO, 2006, p. 481-482)

2.2.4 Governo Médici

O governo de Emílio Garrastazu Médici foi, ao que tudo indica, um dos mais polêmicos de todos os militares que estiveram conduzindo o país. Nasceu em Bagé, no Rio Grande do Sul, estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Em 1930, Médici esteve presente na revolução, ainda como tenente. Durante o governo de Castelo Branco foi adido militar nos EUA e no governo de Costa e Silva ocupou o cargo de chefe do Serviço Nacional de Informações e, além disso, antes de assumir a presidência, comandou o III Exército na Região Sul do Brasil.

De acordo com Ustra (2016), Médici “assumiu sua indicação como um dever militar a ser cumprido”. Era desconhecido por grande parte da população, entretanto sempre se demonstrou comprometido com a sua função, tanto que prezava pela união de todos, pois apenas isso levaria o Brasil a ser uma grande nação.

O período em que esteve à frente do país realmente atingiu objetivos altos e elevou o Brasil ao patamar de 8ª economia mundial, abandonando a 46ª posição e, além disso, a inflação média anual não passou de 18%. Altos níveis de desenvolvimento e prosperidade foram características notáveis em seu governo, uma vez que a taxa anual chegou aos 11,9% e por cinco anos foi superior a 9% ao ano.

Outro ponto relevante diz respeito ao nível de desemprego baixo em seu governo e, sobre isso, Ustra (2016) cita:

Ao invés de desempregados perambularem meses em busca de emprego, como hoje, eram comuns, nas indústrias e no comércio, as tabuletas nas portas oferecendo emprego. Nos bairros, Kombis passavam com alto-falantes oferecendo trabalho. (USTRA, 2016, p. 260)

Embora a economia do país cresceu exponencialmente, o governo de Médici ficou conhecido como anos de chumbo, devido à forte repressão da época. Carlos Marighella morreu em novembro de 1969, em uma emboscada policial; Lamarca se escondeu na Bahia, porém foi achado e morto em setembro de 1971. Depois disso tudo, restou apenas um foco de guerrilha rural que o PC do B instalou na região do Araguaia, no leste do Pará, no ano de 1970. Essa guerrilha foi crescendo, camponeses da região aprenderam algumas das técnicas de guerrilha e

foram adquirindo conhecimentos com os guerrilheiros que por ali se instalaram. Apenas em 1972 o foco de guerrilha rural foi descoberto, embora não tenha sido reprimido como a guerrilha urbana havia sido. Em 1975, depois de transformar o local em uma zona de segurança nacional, o Exército conseguiu liquidar com as forças guerrilheiras. (FAUSTO, 2006, p. 483)

Outro aspecto considerado importante nesse período foi como o governo utilizou a arma da propaganda. A telecomunicação cresceu muito nesse momento da história, as facilidades de crédito pessoal fizeram com que crescesse consideravelmente o número de residências com televisão, um índice de mais ou menos 30% de crescimento entre os anos de 1960 e 1970. A TV Globo, maior aliada do governo naquela época, cresceu muito até o momento em que se tornou rede nacional e praticamente dominou o setor. Assim, o governo passou a ter um canal de comunicação de elevada expressão nacional. (FAUSTO, 2006, p. 484)

Um ponto considerado de grande importância durante os governos militares foi o chamado milagre econômico, que corresponde ao período em que o país combinou um extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB teve seu pico em 1973, quando atingiu uma variação de 13%. Antônio Delfim Netto foi o nome à frente da equipe que planejou esse milagre e, de acordo com Fausto (2006, p. 469), “os países em desenvolvimento mais avançados aproveitaram as novas oportunidades para tomar empréstimos externos”, a dívida externa dos países que não eram produtores de petróleo cresceu mais de 50 bilhões de dólares em menos de 5 anos. No Brasil, aumentou o investimento no que se refere ao capital estrangeiro e um setor que levou grande vantagem nesse processo de crescimento do investimento estrangeiro foi a indústria automobilística, que chegou a atingir uma elevada taxa anual acima da casa dos 30%. Outro setor da economia com grande expansão foi o do comércio exterior, já que o crescimento econômico necessitava da importação ampliada para se sustentar, ao tempo que as exportações cresciam devido ao incentivo do governo à exportação de produtos industriais, como por exemplo, isenção ou redução de tributos. No setor agrícola, destacou-se a exportação da soja. (FAUSTO, 2006, p. 485)

O economista Delfim Netto promovia uma política econômica em que o Estado intervinha numa área bastante extensa, em que concedia créditos e isenções de tributos aos exportadores. (FAUSTO, 2006, p. 486)

Por outro lado, existiam pontos vulneráveis no milagre econômico, pontos de fundamental importância para que a política de Delfim Netto fosse para frente. O principal ponto era a dependência do sistema financeiro e do ciclo gerado pelo comércio internacional, grandes facilitadores dos empréstimos externos, pelo investimento de capital estrangeiro e pelo

aumento das exportações. Outro ponto vulnerável era o quão se fazia necessária a importação de determinados produtos, como o petróleo. (FAUSTO, 2006, p. 486)

Delfim Netto tinha como política arrecadar para depois distribuir, alegava-se, assim, que antes do milagre econômico não havia exatamente o que dividir. Dessa forma, Fausto (2006, p. 487) afirma que “privilegiou-se assim a acumulação de capitais através das facilidades já apontadas e da criação de um índice prévio de aumento de salários em nível que subestimava a inflação”. Levando em conta o consumo pessoal, toda essa expansão industrial que aconteceu favoreceu a classe média e alta da sociedade, pois o salário de trabalhadores com um nível de qualificação menor foi diminuído, ao passo que os empregos em áreas administrativas e empresas que trabalhavam com publicidade era valorizado. Toda essa situação gerou uma concentração de renda que já existia de anos passados. Fausto (2006, p. 487) faz alusão aos dados de salário da época:

Tomando-se como 100 o índice do salário mínimo de janeiro de 1959, ele caíra para 39 em janeiro de 1973. Esse dado é bastante expressivo se levarmos em conta que, em 1972, 52,5% da população economicamente ativa recebiam menos de um salário mínimo e 22,8%, entre um e dois salários. (FAUSTO, 2006, p. 487)

Entretanto, essa alta concentração de renda foi amenizada porque as oportunidades de emprego permitiram que mais pessoas, por família urbana, trabalhassem, ou seja, “ganhava-se individualmente menos, mas a redução era compensada pelo acesso ao trabalho de mais membros da família.” (FAUSTO, 2006, p.487)

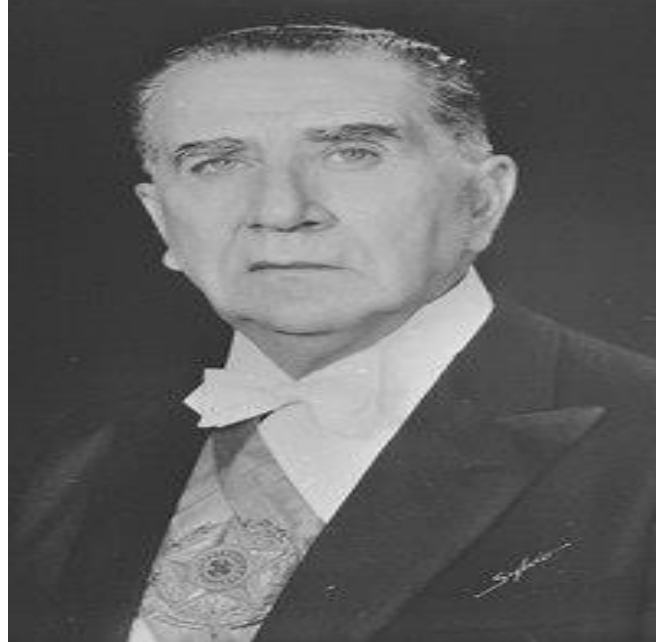
O milagre econômico, ao fim do governo de Médici, já dava sinais de fraqueza. Um dos pontos dessa fraqueza, como já foi citado, era a elevada concentração de rendas. Outros pontos foram a crise do petróleo em todo o mercado internacional, a elevação dos juros na economia global e o aumento das desigualdades socioeconômicas. (SOUSA, [201?])

Mesmo com toda essa situação de enfraquecimento da expansão econômica, Médici ainda possuía prestígio para escolher quem o substituiria. O General Ernesto Geisel, que já havia ocupado cargos de elevada importância nos governos de Castello Branco e Costa e Silva, foi o nome escolhido para ocupar o cargo. Um dos motivos para isso era que Geisel era uma figura que não possuía seu nome ligado à “linha dura” e foi escolhido para dar início ao processo lento, gradual e seguro de abertura política. (SOUSA, [201-?]). Em sua edição, Belém (2016) conta exatamente como Geisel foi escolhido para a presidência da república:

Falava-se em vários nomes. Mas Médici estava indeciso. Ele perguntou ao ministro do Exército, Orlando Geisel, sobre o general Ernesto Geisel — eram irmãos — e, claro, recebeu informações positivas. Médici perguntou ao general João Baptista

Figueiredo se Ernesto Geisel e Golbery estavam próximos ou afastados. O presidente abominava Golbery, tido pela linha dura como “democrático demais”. João Figueiredo disse que estavam afastados. Foi a senha: Médici bancou Ernesto Geisel para presidente. (BELÉM, 2016)

Figura 4 - Emílio Garrastazu Médici, 28º Presidente do Brasil



Fonte: Wikipédia – a enciclopédia livre, 2020.⁴

2.2.5 Governo Geisel

Ernesto Geisel nasceu em Bento Gonçalves (RS) no ano de 1907 e juntamente com a sua carreira militar, galgou por alguns cargos administrativos, sendo o mais importante deles o de presidente da Petrobrás. (FAUSTO, 2006, p. 488). Também foi chefe do Gabinete Militar do governo de Castello Branco e ministro do Superior Tribunal Militar (STM). (COUTINHO; GUIDO, [20–?])

Em junho de 1973, Geisel foi lançado à candidatura para substituir Médici e em 15 de janeiro de 1974 foi eleito pelo Colégio Eleitoral para o cargo, vencendo seus concorrentes Ulisses Guimarães e o jornalista Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, que concorriam pela oposição, ou seja, pelo MDB. (COUTINHO; GUIDO, [20–?])

O governo de Geisel é associado ao início da abertura política, como ele mesmo definiu, seria um processo lento, gradual e seguro de descerramento. Devido a isso, contou com alguns avanços e outros retrocessos em seu governo, já que de um lado existia ainda a linha-dura

⁴ Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Em%C3%ADlio_Garrastazu_M%C3%A9dici > Acesso em: 07 Mai 2020.

pressionando, pois possuía muita força no poder nacional ainda; por outro lado, existia a própria linha de ação que o governo queria adotar, a abertura segura, ou seja, sem que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Diante do que foi afirmado, conclui-se que essa abertura mencionada aconteceu de forma lenta, gradual e insegura, já que a linha-dura ainda se mantinha como uma constante ameaça de retorno. (FAUSTO, 2006, p. 490)

Embora a oposição se mostrava viva em 1973 e o confronto do Estado com a Igreja Católica eram fatores que desgastavam o governo, não eram os pontos principais, de acordo com Fausto (2006, p.490) “não eram o termômetro mais sensível” para o governo buscar uma distensão política, a questão principal era a relação entre as Forças Armadas e o poder. A essa altura, os princípios básicos das Forças Armadas já haviam sido violados e isso trazia um risco de elevadas proporções para a integridade delas. A hierarquia era o princípio mais atingido e para recuperá-la o governo vislumbrava neutralizar a linha-dura, fazer com que a repressão fosse abrandada e, de forma organizada, promover “a volta dos militares aos quartéis”. (FAUSTO, 2006, p. 490)

O divisor de águas e um dos principais itens para o processo de abertura política foram as eleições legislativas de novembro de 1974, que contaram com um clima de relativa liberdade, com os partidos indo ao rádio e à televisão. Esperava-se uma vitória da Arena, entretanto os resultados surpreenderam. Cerca de 24,5 milhões de votos foram validados para o Senado, aproximadamente 14,5 milhões foram para o MDB. Assim sendo, 59% dos votos deram direto a 16 cadeiras ao partido de oposição e apenas 6 ao partido do governo. Já nas eleições para a Câmara Federal, a Arena venceu o MDB por pequena maioria – 52% contra 48% dos votos. Dessa forma, foi notório o crescimento do MDB em relação às eleições de 1970. (FAUSTO, 2006, p. 491)

Uma das coisas que Geisel precisava fazer era controlar o público interno, ou seja, acalmar os integrantes da corporação militar. Para isso, em 1975, ele combinou medidas liberais com medidas repressivas, exemplo disso:

Em surdina, o governo suspendeu a censura ao jornal O Estado de S. Paulo; a isto se seguiu uma ousadia maior dos outros jornais, com destaque para Folha de S. Paulo. Por outro lado, o ministro da Justiça Armando Falcão desfechou uma violenta repressão contra o PCB, acusando-o de estar por trás da vitória eleitoral do MDB. (FAUSTO, 2006, p. 491)

Em 1976 ocorreriam as eleições municipais e o medo de uma derrota da Arena para o MDB era uma realidade. Diante disso, meses antes das eleições foi criada a Lei Falcão, que barrava o acesso dos candidatos aos meios de comunicação, era permitido somente que o

partido apresentasse o nome, número e currículo de seus candidatos. Logicamente o ministro da Justiça Armando Falcão prejudicava o MDB com sua lei, sendo que aquela era uma ferramenta essencial para o partido expor suas ideias. Apesar de tudo, o MDB venceu as eleições para prefeito e conquistou grande parte das cadeiras de vereadores. (FAUSTO, 2006, p. 493)

O presidente, diante da situação do país, precisava tomar providências urgentes. O governo não conseguiu a maioria necessária de dois terços para que fossem aprovadas algumas mudanças na constituição federal, isso gerou uma crise entre o Executivo e o Congresso e Geisel decidiu colocar o Congresso em recesso e fez as devidas alterações já antes propostas, foram baixados vários decretos-leis que o presidente já possuía em mente. Todas essas medidas ficaram conhecidas como o “pacote de abril”. Uma das mais importantes delas foi o chamado Senador biônico, que foram eleitos indiretamente pelo Colégio Eleitoral e faziam com que o MDB tivesse menos chances de eleger seus candidatos. (FAUSTO, 2006, p. 493)

Em 1978, o governo reuniu com líderes do MDB, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e representantes da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) para discutir acerca dos assuntos de liberdades públicas e, tão logo, surgiu efeito. Em outubro desse mesmo ano, foi apresentada a emenda constitucional de número 11, que possuía como objetivo principal revogar o AI-5, ou seja, a partir de sua entrada em vigor, o Executivo já não detinha mais do poder de declarar recesso ao Congresso, cassar mandatos, privar cidadãos de seus direitos políticos, demitir ou até mesmo aposentar funcionários a seu critério e voltou com o direito de habeas corpus. (FAUSTO, 2006, p. 494)

Para a economia o escolhido foi Mário Henrique Simonsen, que substituiu Delfim Neto. Apesar da crise do petróleo que aconteceu no ano de 1973, que afetou o Brasil maciçamente, já que o país importava mais de 80% de seu consumo, ainda sobrava um resto de euforia devido aos anos do milagre econômico. Então, o governo lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha por objetivo aumentar a passada no que diz respeito a autodependência de insumos básicos e da indústria de bens e capital. (FAUSTO, 2006, p. 496)

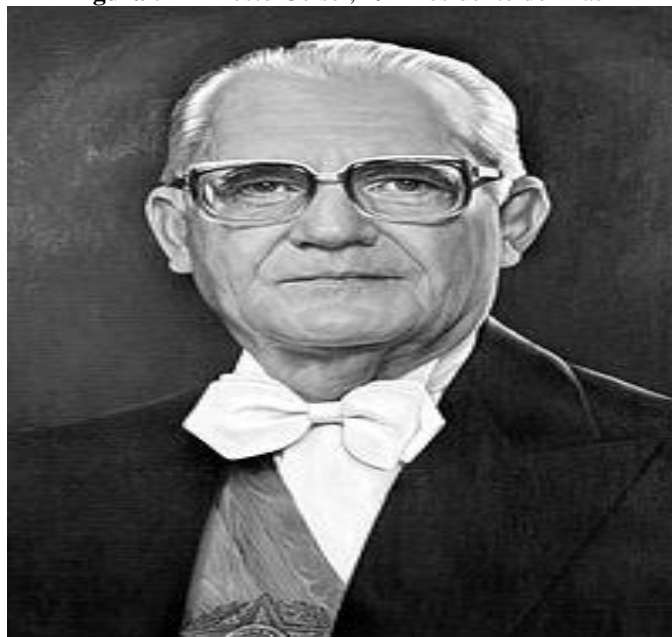
O II PND incentivou os investimentos nas grandes empresas privadas, entretanto o centro do objetivo econômico do país se concentrava nas grandes empresas estatais, como por exemplo a Eletrobrás, a Petrobrás e a Embratel, e como o próprio Fausto (2006, p. 496) diz, essas eram “o sustentáculo do programa”. O Brasil necessitava dar uma relativa continuidade ao crescimento econômico, para isso precisava de investimentos e, sobretudo, de empréstimos estrangeiros, já que a poupança interna não dava conta disso. Diante disso, com o aumento desses empréstimos a dívida externa aumentou consideravelmente, em 1978 atingiu a casa dos

43,5 bilhões de dólares, isso era mais do que o dobro de três anos atrás. (FAUSTO, 2006, p. 496-497)

Tratando basicamente de dados, o governo Geisel mostra resultados positivos, tendo em vista que o PIB cresceu em 6,7% na média do ano e em aproximadamente 4,3% no cálculo per capita, já a inflação subiu cerca de 37,9%. Não obstante, na prática a realidade era outra. O relativo controle da inflação era feito de uma maneira exótica, como por exemplo, vendia-se os bens produzidos pelas empresas estatais abaixo do preço de custo desses bens, ou seja, isso foi tornando cada vez mais essas empresas deficitárias. A dívida externa também crescia, sem achar uma saída viável para isso e, além dela, surgiu outro problema, a dívida interna que crescia aceleradamente. (FAUSTO, 2006, p. 497)

Ao final de seu mandato, Geisel conseguiu fazer o seu sucessor: o general João Batista Figueiredo, que era o chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI). Foi eleito de forma indireta e assumiu o cargo de presidente da república em 15 de março de 1979. (FRAZÃO, 2019)

Figura 5 – Ernesto Geisel, 29º Presidente do Brasil



Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre.⁵

2.2.6 Governo Figueiredo

⁵ Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Ernesto_Geisel > Acesso em: 12 Mai 2020

Apesar de Geisel conseguir fazer seu sucessor, houve uma disputa fortemente ideológica para isso acontecer. O ministro do Exército Sylvio Frota lançou sua candidatura e se autodomina o porta-voz da linha-dura. Ele, porém, abriu sua candidatura antes mesmo de ela ser permitida conforme o calendário de Geisel e, além disso, começou a atacar o governo com inúmeras acusações. Então, Geisel demitiu Frota e cortou a sua candidatura. (FAUSTO, 2006, p. 500)

Em março de 1979, o general João Batista Figueiredo assume a presidência da república. Ele iniciou sua carreira na Escola Militar do Realengo, foi instrutor de cavalaria, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), foi instrutor da AMAN, compôs o Comando e Estado-Maior do Exército e cursou a Escola Superior de Guerra (ESG). (BEZERRA, 2019)

Durante os outros governos militares, Figueiredo atuou no comando do SNI, entre 1964 e 1966; comandou a Força Pública de São Paulo, entre 1967 e 1969; no governo de Médici foi chefe do gabinete militar do presidente; e, antes de assumir a presidência, foi ministro-chefe do SNI. (BEZERRA, 2019)

Confiou-se em Figueiredo a continuação do processo de abertura política, como bem retrata Fausto (2006, p. 501) “era um dos paradoxos de liberalização brasileira o fato de que o homem indicado para continuar a promovê-la fosse o responsável pela chefia de um órgão repressivo”.

A questão da economia no governo de Figueiredo é um ponto chave. O ministro escolhido para tocar toda essa parte que corresponde às riquezas do país continuou sendo Simonsen, já Delfim, que estava retornando da França, foi escolhido para o ministério da Agricultura. Contudo, essa estrutura idealizada pelo presidente não demorou a cair. Simonsen tinha uma política de restrições planejada, porém essa política não era aceita por empresários nacionais que cresciam à custa da inflação. Logo, em agosto de 1979, Simonsen deixa o Ministério do Planejamento e Delfim assumiu o cargo que já havia sido seu. (FAUSTO, 2006, p. 501)

Se a fama de Delfim era atrelada ao milagre econômico, dessa vez o ministro tinha outra situação pela frente. O petróleo sofreu outro choque, isso fez com que os preços subissem e as taxas de juros internacionais idem. Com isso, aquele crescimento com controle da inflação durou pouco tempo e o ministro decidiu por diminuir a velocidade frenética da economia brasileira. Entende-se, com isso, que os investimentos de empresas estatais começaram a ser cortados, os juros internos subiram e o investimento privado caiu. Como resultado da recessão de 1981-1983 o PIB, pela primeira vez desde 1947 – ano em que se iniciaram as indicações –, acusou negativo, especialistas afirmam que essa queda foi mais grave do que a crise de 1929,

pois atingiu setores da indústria vitais e gerou um alto índice de desemprego. (FAUSTO,2006, p. 501-502)

Mesmo com todas as medidas adotadas pelo governo do país, a inflação não baixou absurdamente. No ano de 1980 chegou a 110,2%, no ano seguinte caiu para 95,2% e voltou a aumentar em 1982, 99,7%. Foi aí que surgiu o termo “estagflação”, que seria basicamente a combinação da estagnação da economia com a inflação. (FAUSTO, 2006, p. 502)

Em 1982, enquanto o mundo estava vivendo uma era sombria quando o assunto era a obtenção de recursos, o Brasil, preocupado com as eleições que estavam por vir, esperava se recuperar e afirmava que não era o México, que naquele ano pediu ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI) para sair de uma situação crítica. Entretanto, em 1983 o Brasil recorreu ao FMI. (FAUSTO, 2006, p. 503)

Uma série de cobranças do FMI ao país começaram a existir nesse cenário, a primeira delas era com relação ao esforço para melhorar as dívidas exteriores. Outra, consistia internamente, cobravam-se cortes de despesas e uma compressão maior dos salários. Todas as medidas que o FMI estava impondo geraram uma desarmonia entre o país e o fundo. Por sorte, essa desarmonia não influenciou majoritariamente no resultado final. Em meados de 1984, a economia do país voltou a respirar, impulsionada, principalmente, pelas exportações de produtos industrializados. A importação do petróleo não ficou pesada, tendo em vista que o preço dele havia caído e, além disso, a importação dele e de outros produtos diminuiu, resultado do II PND. (FAUSTO, 2006, p. 503)

Embora a economia estava voltando a funcionar, a inflação não parava de subir e atingiu os 223% em 1984, o escritor Fausto (2006, p. 504) explica o fenômeno:

A receita obtida pelos exportadores em dólares não vai nessa moeda para o bolso dos exportadores, mesmo porque uma parte dela se destina a atender aos compromissos da dívida externa. Ela é trocada pelo governo em moeda nacional. Como as contas do governo não apresentam saldos positivos, isto é, as receitas não superam as despesas, o governo só pode obter moeda nacional para pagar os exportadores emitindo moeda ou títulos de dívida adquiridos por bancos, empresas e pessoas físicas. Qualquer dessas hipóteses gera inflação. (FAUSTO, 2006, p. 504)

Quando Figueiredo deixou o governo, em 1985, a situação era de um alívio com tempo definido e um sentimento de um retorno de crescimento no país, contudo duas ferramentas não concordam com isso: a inflação, que como já foi dito atingiu 223,8% um ano antes; e a dívida externa, que subiu de 43,5 bilhões de dólares para 91 bilhões. (FAUSTO, 2006, p. 504)

Figueiredo encarregou o general Golbery e o ministro da Justiça Petrônio Portela para tocar os trabalhos relacionados à abertura. Em 1979 ocorreu um fato de elevada importância para esse assunto, o presidente assinou a Lei de Anistia Política, que colocava fim às punições impostas a brasileiros desde o início do regime militar, em 1964. Assim sendo, essa lei possibilitou a volta dos exilados políticos ao país e foi um passo gigante para o aumento das liberdades políticas. (RODRIGUES, 2017)

Por outro lado, o processo de abertura continuava sendo extremamente repudiado por militares de linha-dura, contrários a essa ideia. Alguns acontecimentos, no Rio de Janeiro, demonstrava a total insatisfação destes militares, como por exemplo, a explosão de um carro onde estavam um sargento e um capitão do Exército. (FAUSTO, 2006, p. 505)

Outro ponto chave do governo de Figueiredo foi o fim do bipartidarismo – Arena e MDB –, que aconteceu em 1979 com a aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos. A Arena deixou de existir e se transformou no Partido Democrático Social (PDS) e o MDB passou a se chamar Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Além desses, passaram a existir outros partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), na figura de seu líder Luís Inácio Lula da Silva; o Partido Progressista (PP), de Tancredo Neves; e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), ligado a Brizola. (FAUSTO, 2006, p. 506)

No ano de 1983, o PT puxou a liderança de um dos maiores movimentos já vividos no país, a campanha pela votação direta para presidente da república, chamada de “diretas já”. A primeira repercussão foi pequena, ainda em 1983, a união de alguns partidos políticos e com um apoio público de pequeno vulto aconteceu em São Paulo. No ano seguinte, um comício aconteceu em Curitiba e ultrapassou as expectativas, o movimento já havia se tornado grande. A partir daí o movimento deixou de ser apenas partidário e se tornou um pedido nacional. Milhões de pessoas foram às ruas, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro. Tudo isso, porém ainda era separado pela distância que existia entre o Congresso e a manifestação, uma vez que o Congresso era composto majoritariamente pelo PDS. (FAUSTO, 2006, p. 509)

O deputado do PMDB, Dante de Oliveira, apresentou a “Emenda Dante de Oliveira”, que visava uma alteração constitucional para que pudesse acontecer a escolha direta pelo próximo presidente. Entretanto, para passar ela precisava ser aprovada por dois terços dos congressistas. Dessa forma, ela não passou pelo Congresso. (FAUSTO, 2006, p. 509-510)

Assim sendo, a próxima escolha continuou sendo indiretamente, ou seja, por meio do Colégio Eleitoral. Em janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney, candidatos da oposição, bateram Paulo Maluf por 480 votos contra 180. Dessa forma, colocava fim ao regime militar, iniciado no ano de 1964 e que perdurou por 21 anos. (FAUSTO, 2006, p. 511)

Figura 6 - João Figueiredo, 30º Presidente do Brasil



Fonte: Wikipedia, a enciclopédia livre.⁶

⁶ Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Figueiredo> Acesso em: 25 maio 2020

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esse trabalho é constituído por uma pesquisa do tipo exploratória, uma vez que foi realizada uma pesquisa embasada bibliograficamente, utilizando os mais diversos autores nacionais e especialistas do tema estudado.

Tem como principal objetivo criar e/ou aumentar a familiaridade do assunto, fazendo-o explícito e criando nos leitores uma capacidade de argumentação acerca das hipóteses criadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

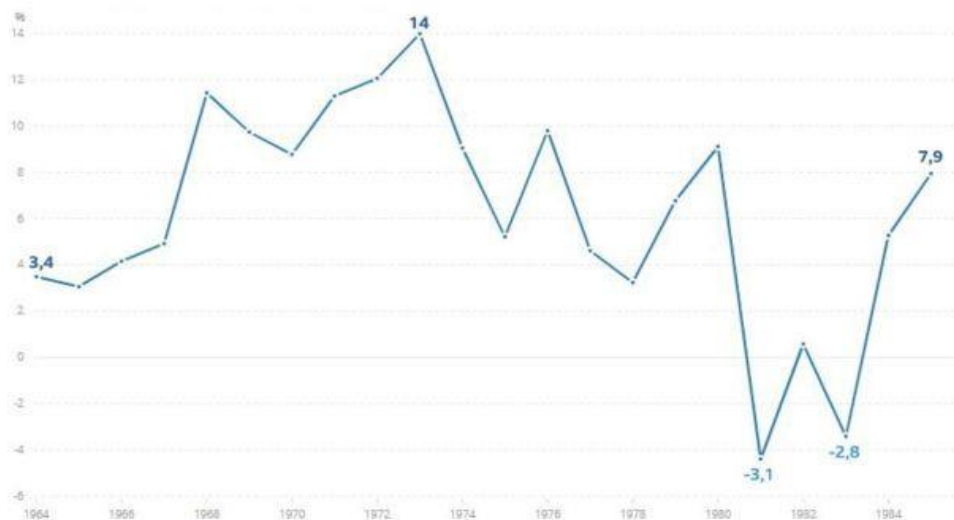
O enfoque desta pesquisa, desde o princípio estabelecido, foram as questões socioeconômicas. Assim sendo, através de uma análise de itens de elevada importância para a sociedade, os resultados obtidos do estudo serão demonstrados graficamente e abordados individualmente.

4.1 QUESTÃO ECONÔMICA

De fato, a relação que temos de economia e regime militar é bastante conturbada e divide opiniões. As certezas que encontramos, através da pesquisa realizada, estão diretamente relacionadas ao salto que a economia brasileira deu com o milagre econômico, que possibilitou o país crescer em torno de 10% por ano, índices desconhecidos anteriormente no país. (BARRUCHO, 2018)

Entretanto, apesar desse salto econômico nacional, o país pagou por isso e alguns dados ficaram comprometidos, como por exemplo, o aumento da dívida externa e a inflação elevadíssima após o governo de Figueiredo. (BARRUCHO, 2018)

Figura 7 - Crescimento do PIB em % (1964-1985)



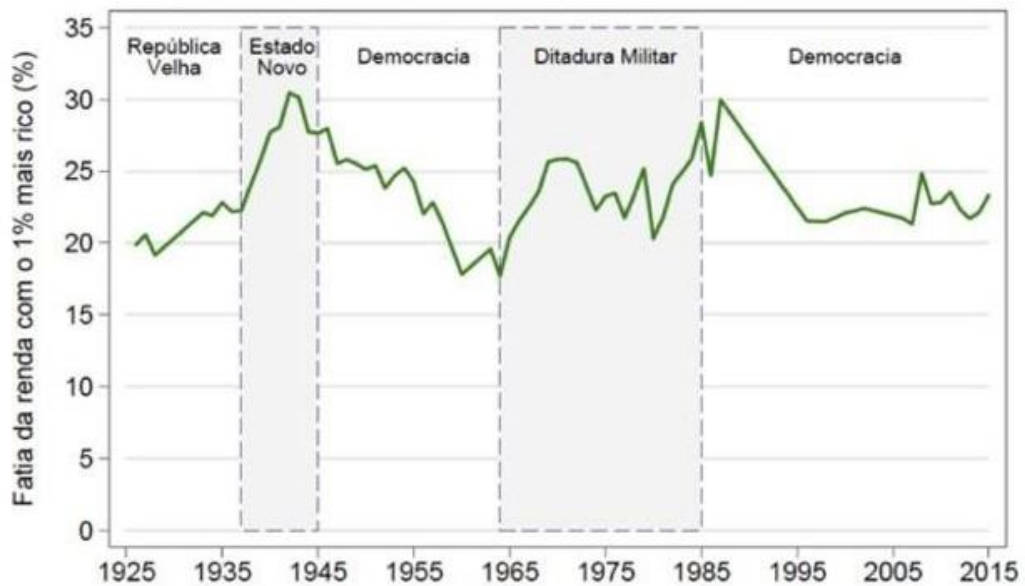
Fonte: Banco Mundial

A figura acima retrata o PIB do Brasil desde o governo de Castello Branco até o de Figueiredo. Realmente por ela é visível o crescimento desse instrumento que mede a soma de todas as riquezas produzidas dentro do país. Como se percebe, o ano de 1973 foi o pico da

evolução, ou seja, o auge do milagre brasileiro, quando o PIB atingiu 14%. O PIB per capita, instrumento que mede toda a riqueza líquida de forma igual e não considera a desigualdade, saiu de US\$ 261 em 1964 e pulou para US\$ 1643 no final do período, 1985. (BARRUCHO, 2018)

Com esse crescimento apresentado, o número de empregados aumentou, sobretudo no ramo industrial e a inflação, até 1973, estava controlada. Este fenômeno conhecido por “milagre econômico” só existiu pela combinação de fatores que o governo organizou, principalmente pelo dinheiro internacional, que entrou no Brasil com as multinacionais. (BARRUCHO, 2018)

Figura 8 – A concentração de renda de 1926 a 2015

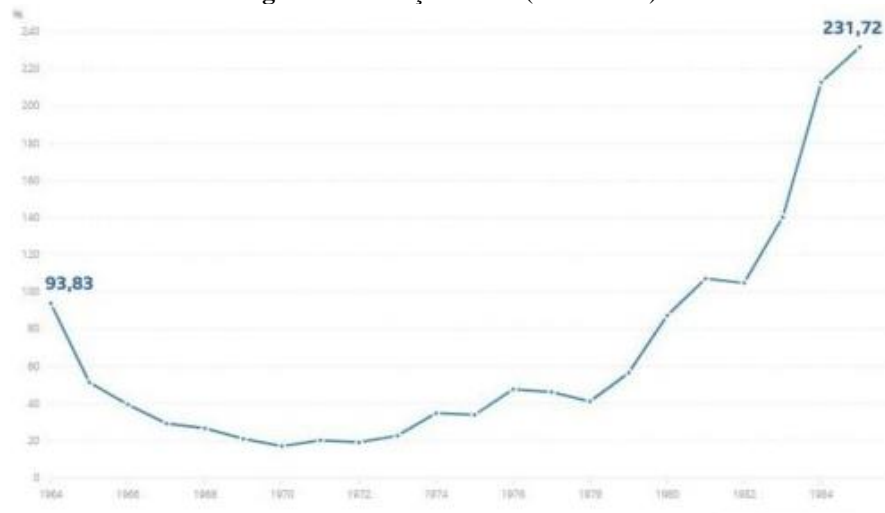


Fonte: site da BBC Brasil⁷

A figura acima foi desenvolvida por Pedro Ferreira de Souza, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Por meio dela, percebe-se que havia uma grande diferença e uma vasta desigualdade no país, a concentração de renda, ao final do regime militar, alcançou quase os 30% com o 1% mais rico da população, como era chamado quem detinha entre 15 e 20% de toda a renda brasileira. (BARRUCHO, 2018)

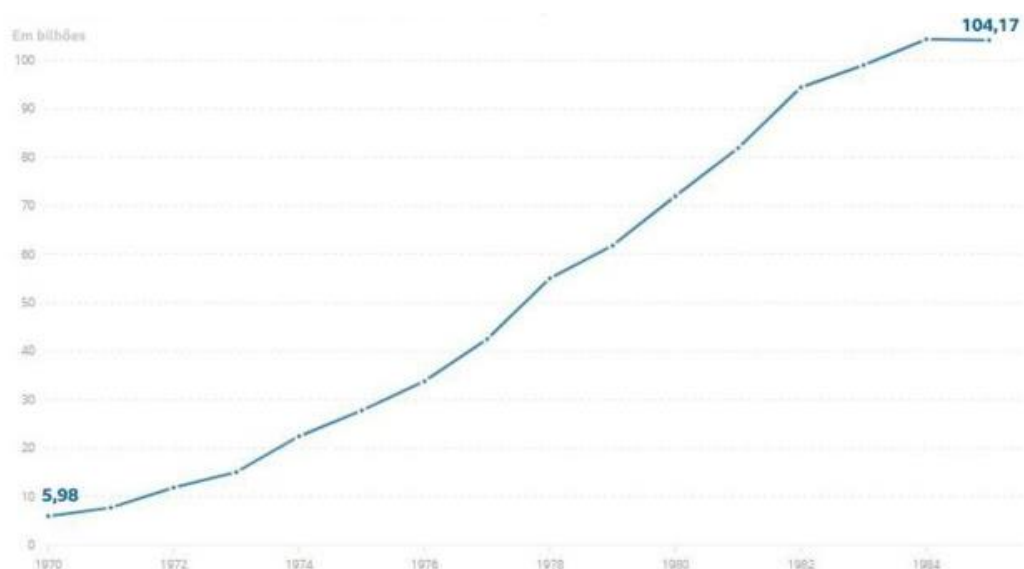
Em 1973 aconteceu a primeira crise do petróleo, um acordo entre os países árabes e os países que eram considerados por eles como apoiadores de Israel fez com que o preço do barril de petróleo ficasse 4 vezes mais caro, isso afetou o Brasil, uma vez que era um país importador do produto. A partir disso, a economia brasileira começou a enfrentar problemas e o milagre passou a afundar. (BARRUCHO, 2018)

⁷ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>> Acesso em: 13 Mai 2020

Figura 9 – Inflação em % (1964-1985)

Fonte: Banco Mundial

A inflação a partir da crise do petróleo só aumentou. Se no início ela era controlada, perdeu-se o controle com o passar do tempo. Ao final do regime militar atingiu a casa dos 230% e pouco tempo depois, durante o governo Sarney, chegou perto de 2000% em 1 ano. Além disso, o endividamento saiu de 15,7% do PIB em 1964 e foi para 54% do PIB no final do mandato de Figueiredo e a dívida externa, que era de US\$ 3,4 bilhões em 1964, passou a casa dos US\$ 100 bilhões em 1985, como ilustra a figura a seguir. (BARRUCHO, 2018)

Figura 10 – Dívida externa brasileira (1970-1985)

Fonte: Banco Mundial

Assim sendo, em 1982 o Brasil notoriamente declinou economicamente. O modelo dos militares de crescimento econômico deu lugar à chamada “década perdida”, em que a economia nacional respirou por aparelhos. (BARRUCHO, 2018)

4.2 QUESTÕES SOCIAIS

De fato, a maior parte da discussão relacionada ao regime militar está concentrada nos aspectos sociais da época, principalmente no que se refere à saúde e à educação. Pouco se conhece sobre a verdadeira história do período em que os militares estiveram à frente do país, ensina-se de uma maneira, que segundo especialistas, não condiz inteiramente com a verdade. Sobre isso, Carvalho (2016) faz uma alusão de como os alunos são ensinados nas escolas:

Eles aprenderão que em 64, o país viveu em tempos de ditadura, comandada por militares fascistas que instalaram uma sanguinária ditadura no país, matando e torturando pessoas que amavam sua pátria, suas famílias e o povo brasileiro, e ponto final.

Os livros não dizem que se não fosse os militares em 64, hoje o país estaria vivendo um regime comunista igual ou até pior que Cuba e Venezuela, onde o povo passa fome e vive em situação de miséria. (CARVALHO, 2016)

O fato é que a discussão é enorme e o que se sabe são os dados que estão registrados, alguns deles serão apresentados aqui.

4.2.1 Educação

Durante o regime militar, a educação no país trouxe algumas mudanças. A principal delas está relacionada à forma em que o ensino estava distribuído.

Quadro 1 – Estrutura do sistema educacional brasileiro anterior à reforma de 1971

Nível	Duração	Faixa Etária
Pré-escola	3 anos	De 4 a 6 anos
Escola primária	4 anos	De 7 a 10 anos
Ginásio (<i>Lower High School</i>)	4 anos	De 11 a 14 anos
Colégio (<i>High School</i>)	3 anos	De 15 a 17 anos
Ensino Superior	Variável	Após 18 anos

Fonte: Ministério da Educação do Brasil

Como se percebe no quadro acima, o sistema era subdividido em quatro níveis básicos: pré-escola, escola primária, ginásio e colégio, sendo que desses quatro, era obrigatório apenas o subnível escola primária, ou seja, o cidadão frequentava a escola obrigatoriamente somente por quatro anos. (BRASIL, [20--])

A partir disso, em 1971 aconteceu uma mudança importante para a área educacional do Brasil, foi a Lei nº 5.692/71, que juntou a escola primária com o ginásio, formando o ensino de 1º grau, e o que antes era chamado de colégio passou a ser o ensino de 2º grau. Dessa maneira, o ensino obrigatório passou de quatro anos para oito anos, conforme o quadro 2. (BRASIL, [20--])

Uma das maiores contribuições desse novo estilo de ensino foi a redução da taxa de analfabetismo no país, na década de 50 era de aproximadamente 50%, durante os anos 70 atingiu o índice aproximado de 33% e mais para frente, em 1991, atingiu a casa dos 20%. (BRASIL, [20--])

Quadro 2 – Estrutura do sistema educacional brasileiro após a reforma de 1971

Nível	Duração	Faixa etária
Pré-escola	3 anos	De 4 a 6 anos
1º grau obrigatório	8 anos	De 7 a 14 anos
2º grau	3 anos	De 15 a 17 anos
Ensino superior	Variável	Após 17 anos

Fonte: Ministério da Educação do Brasil

4.2.2 Saúde

A área da saúde foi outra que teve algumas mudanças importantes durante esse período de 21 anos e essas alterações foram importantíssimas porque criaram uma base para a futura criação do Sistema Único de Saúde (SUS), nos anos de 1990. (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013)

Nesse período de tempo, apesar de especialistas apontarem que o regime militar privatizou a saúde, a taxa de mortalidade infantil caiu pela metade entre os anos de 1964 e 1985, e a expectativa de vida aumentou significativamente, saindo de 56,3 anos para 63,5 anos no mesmo tempo, como mostra a figura x. (BARRUCHO, 2018)

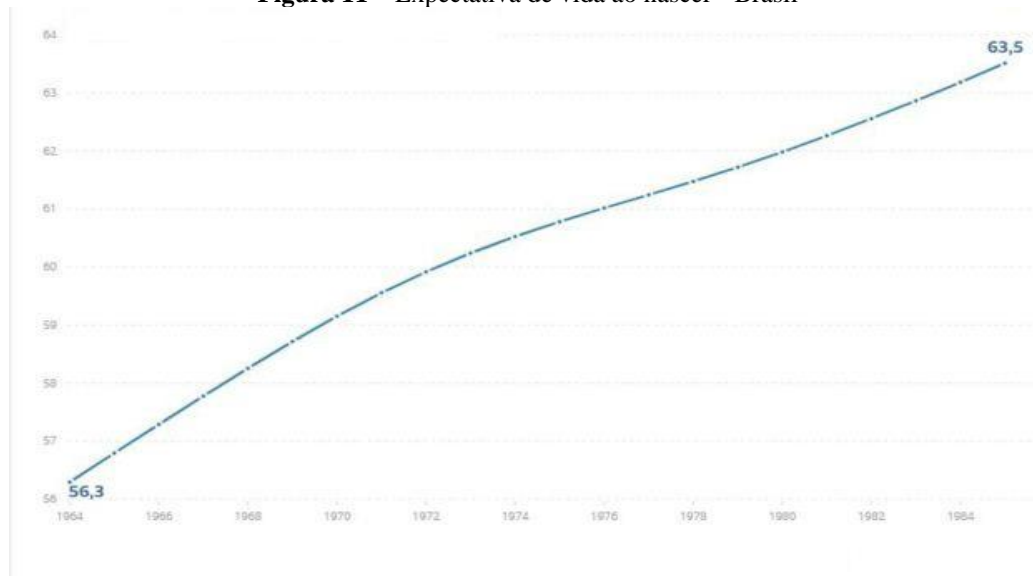
Com a constituição de 1967, o Ministério da Saúde passou a desempenhar algumas funções que antes não desempenhava, como por exemplo, o controle sanitário do país. Com isso, em 1970, foi criada a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), que controlava as endemias que existia no país. (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013)

Outro ponto que proporcionou melhora no sistema de saúde foi a criação do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), que foi o grande responsável pela criação de postos de saúde nos municípios pequenos dos país, isso fez com que a população

que morava no interior tivesse um acesso maior à assistência médica. (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013)

Sobre essa questão, uma das maiores críticas feitas aos governos foi da privatização da saúde, ou seja, o governo investir mais na saúde privada do que investir no setor público. Isso se deu pela criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em que os seus beneficiários passaram a ter além das aposentadorias e pensões o direito à assistência médica, gerando assim, um aumento no número de beneficiários e exigindo do governo uma melhora no sistema de saúde. Estabeleceu-se então, convênios com profissionais da área, que recebiam por cada ação realizada, o que gerou algumas fraudes no sistema. (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013)

Figura 11 – Expectativa de vida ao nascer - Brasil



Fonte: Banco Mundial

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para conquistar o oficialato da Academia Militar, faz-se necessário que o cadete seja capaz de bater inúmeras frentes que lhe sejam impostas. Uma dessas frentes está diretamente relacionada à história militar, estudo de acontecimentos passados que envolveram direta ou indiretamente o Exército Brasileiro.

Uma dessas áreas que ligam o Exército à sociedade diz respeito aos 21 anos de regime militar, vividos entre 1964 e 1985, período que muitas vezes é ensinado de forma equivocada no ensino público civil, uma vez que muitas informações são desconhecidas ou até mesmo ignoradas.

Esse trabalho foi realizado com o intuito de despertar não apenas nos cadetes da Academia Militar, como também em cidadãos que desejam conhecer mais profundamente a história do País em dados estatísticos, apresentando os lados positivos e negativos para as áreas econômica e social, levando em conta aspectos mundiais de medidas, como por exemplo, o PIB, a inflação, a saúde e a educação.

Por ser um período cercado de uma relativa mística, uma vez que divide núcleos políticos em esquerda e direita até os dias atuais, o ensino desses anos fica comprometido em certa parte e muitas vezes não é estudado a fundo. Entretanto, para o futuro oficial do Exército Brasileiro é um conteúdo de extrema importância, já que logo estará nas diversas organizações militares espalhadas pelo território nacional e por vezes deverá expor a sua ideia acerca dos acontecimentos, não apenas em ambiente interno, mas também em ambiente externo, ou seja, em meio à sociedade civil. Assim sendo, buscou-se apresentar durante a pesquisa as mais diversas opiniões, independentemente do viés político do pesquisador que contribuiu, para que o conhecimento adquirido seja verídico e não baseado em determinada linha.

Os resultados apresentados são baseados nos estudos realizados na segunda parte do trabalho – teoria histórica – e também estão atrelados às pesquisas realizadas por especialistas, contando com uma série de gráficos construídos por pesquisadores com base nos dados obtidos por meio de seus estudos.

Dessa maneira, recomenda-se a leitura completa do material apresentado, que obviamente não esgota o assunto. Então, também se propõe, além do estudo do trabalho, uma pesquisa dos mais variados especialistas no assunto, uma busca detalhada que possa contribuir para a formação de opinião do cidadão pensante.

REFERÊNCIAS

BARRUCHO, Luis. **50 anos do AI-5**: os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>. Acesso em: 12 maio 2020.

BELÉM, Euler de França. **Veja como, segundo um computador, Ernesto Geisel foi escolhido para presidente da República**. 2016. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/veja-como-segundo-um-computador-ernesto-geisel-foi-escolhido-para-presidente-da-republica-56890/>. Acesso em: 11 maio 2020.

BEZERRA, Juliana. **João Baptista Figueiredo**. 2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/joao-baptista-figueiredo/>. Acesso em: 13 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil. **Breve evolução histórica do sistema educacional**. [20--]. Disponível em: www.oei.es/historico/quipu/brasil/historia. Acesso em: 21 maio 2020.

CARVALHO, Guilherme Lucas Tonaco. **Verdade mascarada sobre o 'Regime' Militar: não seja um alienado**. 2016. Disponível em: <https://guiilucas.jusbrasil.com.br/artigos/342411648/verdade-mascarada-sobre-o-regime-militar>. Acesso em: 19 maio 2020.

COUTINHO, Amélia; GUIDO, Maria Cristina. **Geisel, Ernesto**. [20-?]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>. Acesso em: 11 maio 2020.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 664 p. Disponível em: <https://mizanzuk.files.wordpress.com/2018/02/boris-fausto-historia-do-brasil.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

FRAZÃO, Dilva. **Ernesto Geisel**: ex-presidente do Brasil. 2019. Disponível em: https://www.ebiografia.com/ernesto_geisel/. Acesso em: 12 maio 2020.

MUNIZ, Carla. **Dostoiévski**: biografia e resumo das principais obras. Toda Matéria, 2017. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/dostoiévski/>. Acesso em: 26 mar. 2020.

PAIM, Antonio. **Castello Branco e seu governo reformador**. 2018. Disponível em: <https://espacodemocratico.org.br/personagens/castello-branco-e-seu-governo-reformador/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

REGIME militar: histórico da saúde pública. 2013. **Portal Educação**. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/regime-militar-historico-da-saude-publica/34823>. Acesso em: 21 maio 2020.

RODRIGUES, Natália (ed.). **Governo de João Figueiredo**. 2017. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/governo-de-joao-figueiredo/>. Acesso em: 14 maio 2020.

SILVA, Daniel Neves. **Governo Castello Branco**. [2018]. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/governo-marechal-castello-branco.htm>. Acesso em: 25 mar. 2020.

_____. **Governo Costa e Silva**. [201-?]. Disponível em: <https://www.historiadamundo.com.br/idade-contemporanea/governo-costa-silva.htm>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Governo Médici**. [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/generalemilio-garrastazu-medici.htm>. Acesso em: 07 maio 2020.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade Sufocada: a história que a esquerda não quer que o brasil conheça**. 13. ed. Brasília: Ser, 2016. 660 p.